

# 2021

## RELATÓRIO TÉCNICO

88

Gestão estratégica e participativa do SUS



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

<b>NÚMERO DO TC:</b>	88		
<b>TÍTULO DO TC:</b>	Gestão estratégica e participativa do SUS		
<b>Objeto do TC:</b>	Aperfeiçoamento e qualificação da Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Unico de Saúde-SUS		
<b>Número do processo:</b>	25000049564/2015-66	<b>Número do SIAFI:</b>	685870
<b>Data de início</b>	30/12/2015	<b>Data de término:</b>	30/12/2020

<b>DETALHAMENTO DO TA</b>	<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
TA:	1	recurso	R\$46.000.000,00
<b>Valor Total no TC:</b>			<b>R\$ 46.000.000,00</b>

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

<b>Área técnica</b>	Secretaria Executiva/Ministério da Saúde (SE_MS)		
<b>Responsável:</b>	Rodrigo Otavio Moreira Da Cruz		
<b>Endereço:</b>	Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede. Brasília-DF. CEP 70058-900.		
<b>Telefone:</b>	6133152130	<b>E-mail:</b>	gabinete.se@saude.gov.br

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

<b>Área técnica</b>	Sistemas e Serviços de Saúde (UT HSS)		
<b>Responsável:</b>	Mónica Padilla		
<b>Endereço:</b>	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
<b>Telefone:</b>	(61)32519595	<b>E-mail:</b>	padillamo@paho.org

## 2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação 88 foi firmado em 2015, com vistas ao aperfeiçoamento e à qualificação da gestão estratégica e participativa do SUS, sendo operacionalizado em estreita parceria entre a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS e a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, especificamente com o Departamento de Articulação Interfederativa - DAI, o Departamento de Apoio à Gestão Participativa - DAGEP, o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS e o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS - DOGES.

A Matriz Lógica do TC reflete a intenção de tornar a cooperação técnica um mecanismo catalisador de processos de integração das ações desenvolvidas pela SGEP, por seus departamentos e outros atores do SUS na gestão estratégica e participativa e integra 03 (três) resultados esperados:

- RE1- Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
- RE2- Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação
- RE3 - Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.

Os Resultados Esperados se vinculam a 10 indicadores para seu monitoramento e avaliação. Este desenho peculiar de ML busca romper a fragmentação burocrática tradicional, de tal forma que cada um dos três Resultados aporta esforços para promover ações públicas integradas de gestão, participação e accountability.

Em setembro de 2018, o Ministério da Saúde promoveu uma reorganização funcional que decorreu na transferência das competências do DAI/SGEP para o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, da Secretaria Executiva (DGIP/SE), migrando a gestão do TC para esse Departamento. Com a nova gestão do Governo Federal, a partir de 01 de janeiro de 2019, ocorreram novas mudanças na gestão do Ministério da Saúde como um todo, acarretando um processo de reestruturação regimental ao longo de 2019, que levou à implantação de novo organograma (Decreto nº 9,795, de 17 de maio de 2019). Dentre outras alterações, ressalta-se a extinção da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, cujos departamentos e atribuições foram formalmente remanejados, em geral, para o DGIP/SE, a Ouvidoria-Geral do SUS (agora vinculada à nova Diretoria de Integridade), o DENASUS (passou à condição de órgão de assistência direta e imediata ao Ministro) e outros departamentos que deverão assumir as competências relacionadas à promoção da equidade em saúde voltadas para populações em situação de vulnerabilidade (como, por exemplo, as Políticas Nacionais de Saúde Integral das Populações Negra, do Campo, da Floresta, das Águas, em Situação de Rua, LGBT, ciganos, etc, que anteriormente ficavam sob a gestão do DAGEP/SGEP). Tais mudanças, naturalmente, impactaram a execução das ações do TC-88 ao longo de 2019 e do 1º semestre 2020, desde a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão até os de monitoramento, avaliação, reorientação e fortalecimento, que gradualmente foram retomadas no 2º semestre/20.

Em set/2019 foi iniciado um processo de discussão do TC-88 e de revisão de sua Matriz Lógica. Tal processo foi interrompido pela premência do surgimento do Coronavírus Sars-CoV-2 que, identificado em dez/2019 e desde o início de 2020 vem se espalhando pelo mundo, demandando a priorização dos melhores esforços do sistema de saúde à resposta a esta emergência de saúde pública de interesse internacional, declarado como Pandemia em 11/03/20 pela Organização Mundial da Saúde- OMS. No final do 1º sem/2020, foram retomadas as discussões a respeito do TC, sendo deliberadas a sua prorrogação por mais cinco anos (até dez/2025) e a necessidade de se retomar a revisão de sua Matriz Lógica. Na ocasião, além do DGIP, também manifestaram interesse na continuidade da cooperação via TC-88 a Ouvidoria-Geral do SUS e o DENASUS, de tal forma que o projeto segue contemplando Resultados Esperados que atendam os três departamentos, mas também permitam um melhor planejamento, uma execução mais ágil e um acompanhamento das atividades desenvolvidas junto a cada um dos parceiros.

No ano de 2020, foi publicado o 2º Termo de Ajuste celebrado entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan- Americana da Saúde, publicado no DOU nº 215, seção 3, de 11 de novembro de 2020, tendo por objetivo a prorrogação do Termo de Cooperação Técnica – TC88, com vigência até 31/12/2025. Importante destacar que, a prorrogação do TC visa aprimorar a governança e a gestão estratégica e participativa no SUS, fortalecer o sistema de saúde nacional, a partir do aprimoramento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação, os mecanismos de transparência, os processos de educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores, usuários e cidadãos.

O primeiro semestre de 2021, marcado pelo avanço da vacinação contra a Covid-19 em todo o território nacional, indicou a retomada de ações de desenvolvimento institucional entre o DGIP e as Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, desenvolvimento de ações pelo projeto de fortalecimento da regionalização no SUS.

### 3. 1º SEMESTRE DE 2021

#### 3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

##### 1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde</li> </ol>
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	5

##### a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual 2021 foram planejadas as seguintes ações vinculadas ao Resultado Esperado 1: Apoiar as reuniões da Comissão Intergestores Tripartite -CIT; Desenvolver ações do projeto de fortalecimento da regionalização no SUS (1ª etapa); Desenvolver ações junto às Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde (SEMS), às instituições e aos entes federados para aprimorar as capacidades institucionais; Desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, a cooperação técnica priorizou o desenvolvimento de ações voltadas ao desenvolvimento institucional entre o DGIP e as Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, desenvolvimento de ações pelo projeto de fortalecimento da regionalização no SUS.

Foram desenvolvidas, no âmbito desta cooperação, ações que compuseram o Projeto de Gestão Itinerante, em que foram acompanhadas, por meio de visitas in loco, as Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde em Goiânia/GO, Fortaleza/CE e São Paulo/SP, o projeto levou a equipe do DGIP aos territórios para abordar junto às superintendências os instrumentos de Gestão do SUS e debater com os membros do COSEMS as ações realizadas localmente, e a situação atual desses instrumentos nos municípios. A condução do DGIP diante desse processo teve como objetivo reforçar a união das entidades que fazem o SUS para buscar o fortalecimento constante da alimentação dos instrumentos de gestão.

O Projeto denominado Aperfeiçoamento e Qualificação da Gestão Estratégica e Participativa no SUS, por meio da cooperação técnica, possibilitou a realização de estudos técnicos que pudessem apresentar análises e projetos propositivos para a governança e regionalização do SUS nos diferentes estados brasileiros.

No escopo da cooperação técnica, também foi desenvolvido o Projeto Fortalecimento da Regionalização e do Planejamento Regional Integrado e Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão no Âmbito do Sistema Único de Saúde, que tem como objetivo geral contribuir com o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da regionalização, do planejamento regional integrado e o aprimoramento dos instrumentos de gestão.

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em continuidade às medidas de prevenção e combate à Covid-19, algumas intervenções seguiram sendo realizadas desde o ano de 2020, foram necessárias para execução das ações planejadas, no âmbito da SE/MS, adequações para o reordenamento das prioridades, a reorganização dos processos de trabalho e de cooperação técnica entre os gestores federal, dos estados e dos municípios. O semestre foi marcado pela mudança da equipe técnica responsável pelo termo de cooperação no âmbito do DGIP, bem como retomada das agendas presenciais junto aos atores estratégicos para o DGIP, assim, algumas mudanças foram percebidas quanto à execução de projetos, exigindo da cooperação maior celeridade de execução e produzindo resultados mais analíticas quanto à temática de Governança no SUS.

#### c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As atividades realizadas no 1º semestre de 2021 para o alcance do Resultado Esperado 1, no âmbito da cooperação técnica com o MS, estão voltadas ao fortalecimento da gestão interfederativa, compartilhada com CONASS e CONASEMS, e tem correlação com os indicadores a seguir:

- 1 - Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;
- 2 - Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;
- 5 - Número de ações de cooperação técnica que contribuam para a estruturação do sistema de saúde;
- 6 - Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas;

## 2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde</li> </ol>
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<p>20</p> <p>10</p> <p>4</p> <p>12</p> <p>12</p> <p>10</p> <p>8</p> <p>16</p> <p>12</p> <p>10</p>
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Não houve ações programadas no 1º semestre/21.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica para o período.

## 3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Não houve ações programadas no 1º semestre/21

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica para o período.



### 3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O TC88, celebrado entre a OPAS/OMS no Brasil e o Ministério da Saúde, tem por objetivo principal apoiar as iniciativas do país para a implantação / implementação da "Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS", visando contribuir para o alcance de seus objetivos e, em última instância, para os processos de garantia e construção de bases para o direito à saúde dos brasileiros, expresso nos princípios constitucionais da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação social, assim como os princípios organizativos do SUS: a descentralização, o comando único e a regionalização.

As ações desenvolvidas no âmbito do TC88 aportam, portanto, ao fortalecimento do sistema de saúde nacional, a partir do aprimoramento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (envolvendo os três níveis de governo: União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação, os mecanismos de transparência, os processos de educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores, usuários e cidadãos.

Assim, as ações e atividades planejadas e executadas neste Termo de Cooperação contribuem para o alcance de objetivos de políticas nacionais, e colaboram para o desenvolvimento e concretização de compromissos internacionais do Brasil e da Região expressos em diversos diplomas e tratados. Entre eles, ressaltam-se o Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, no que se refere aos Resultados Intermediários (RIM): "1-Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade", "9-Fortalecimento da gestão e governança" e "10-Aumento do financiamento público para a saúde". Também aporta diretamente às prioridades expressas na Estratégia de Saúde Universal (CD53, 2014), com destaque para as linhas prioritárias de "fortalecimento do papel condutor das autoridades nacionais e da governança do sistema de saúde", de "fortalecimento da coordenação intersetorial para abordar os determinantes sociais da saúde" e de "redução de barreiras, inclusive financeiras, para o acesso da população aos serviços de saúde necessários".

### 3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

O agravamento da Pandemia Covid-19 ao longo de 2020 e do primeiro semestre de 2021 representou um impacto devastador para saúde das pessoas no mundo. Em 31 de dezembro 2020 foram notificados no Brasil 518.066 mil óbitos de Covid-19[1]. Para o enfrentamento da pandemia, os gestores (federal, estaduais, DF e municipais) tem sido pressionados por adoção de medidas e respostas ágeis para reorganização dos serviços de saúde, aprimoramento da gestão, desde a atenção primária à saúde, aos serviços especializados ambulatoriais, hospitalares, apoio diagnóstico, urgência e emergência, com priorização das ações de enfrentamento da pandemia, mas com o desafio de garantir a continuidade do cuidado para atender às demais necessidades de saúde da população. Além do impacto direto na assistência, impôs aos gestores a um aprendizado e capacidade de se reinventar, seja na forma de atuação e relacionamento intergestores, nos processos internos de trabalho e de cooperação técnica, demandando à gestão do SUS, no caso, a gestão federal, estabelecer um processo de planejamento mais efetivo e sistêmico por parte do MS, que proporcione maior capacidade de articulação interfederativa e de apoio e cooperação técnica com as Secretarias Estaduais, municipais de Saúde e do Distrito Federal, de forma integrada, priorizando as suas necessidades.

[1] Pesquisa no site em <https://covid.saude.gov.br/> em 01/09/2021 (Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde)

### 3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	5	5	0	70%
2	0	0	0	0%
3	0	0	0	0%
Total:	5	5	0	70%

**3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)**

Recursos repassados:	US\$ 11,688,949.50
Recursos desembolsados:	US\$ 7,984,771.39
Pendente de pagamento:	US\$ 421,355.37
Saldo:	US\$ 3,282,822.74